

Aconteceu

Yanomami

PARLAMENTARES DENUNCIAM O EXTERMÍNIO DE ÍNDIOS

O grupo Ação Pela Cidadania foi até Roraima ver de perto as condições em que vivem os índios Yanomami. Parlamentares voltaram indignados com o que viram. Em artigo para um jornal paulista, o Senador Severo Gomes, PSDB-SP, fala em genocídio - a matança de um povo. O governo admite que perdeu o controle da situação e não sabe como fazer para evitar o massacre. Os militares apóiam o governo do Estado e também estão sem ação. Veja o que acontece com esses índios nas páginas 2 e 3.

Foto: Ronaldo Kotscho



ONU acha falido o sistema judiciário no Brasil

Para os juristas da ONU que estiveram no Brasil o sistema está falido e o que resta está caduco. Eles estiveram no Estado do Pará para saber como funciona o judiciário. Ficaram espantados com a ineficiência do sistema. A comissão de juristas da ONU veio ao Brasil a convite do Conselho Federal da Ordem dos Advogados (OAB) para prestar solidariedade aos advogados ameaçados e verificar os processos pelos crimes praticados (principalmente no Pará) contra defensores de posseiros. (Última Página)

**AMAZONAS
DISTRIBUI
MOTOSSERRAS**

(Pág. 13)

**LEONARDO BOFF:
NOVA AMEAÇA
DE PUNIÇÃO**

(Pág. 5)

Aconteceu 504
 19 a 26 de junho de 1989
 CEDI Centro Ecumênico
 de Documentação
 e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 Fundos

Telefone: (021) 205-5197
 22241 - Rio de Janeiro - RJ
 Av. Higienópolis, 983
 Telefone: (011) 825-5544
 01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
 Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Ligia Dutra
 Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Katia Simões
Paulo R. Garcia

Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro

Xico Teixeira

Aconteceu é uma publicação semanal do CEDI. É uma resenha das notícias da semana extraída dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta também com a participação efetiva dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Campônês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário e Assessoria à Pastoral Protestante. As colaborações devem ser encaminhadas à redação: Rua Cosme Velho, 98/Fundos, CEP. 22241 - Rio de Janeiro.

Assinatura anual: NCz\$5,00
 Assinatura de apoio: NCz\$10,00

Paapiú - campo de extermínio

Nunca houve na história do infortúnio dos índios brasileiros um genocídio com as características que cercam o fim do povo Yanomami.

É o maior grupo étnico existente, e habita há mais de três mil anos a área montanhosa da nossa fronteira com a Venezuela. É também a cultura mais preservada entre as mais antigas que povoam a face da terra.

Com o avanço dos garimpeiros em busca do ouro, começou a dizimação.

Há um par de anos eram pouquíssimos garimpeiros. As autoridades foram alertadas para o que já sabiam: a necessidade de sua retirada da área indígena, no estrito cumprimento da lei e da Constituição. Nada foi feito. Ao contrário elas assistiram impassíveis ao afluxo de dezenas de milhares de garimpeiros, como se esse desastre fizesse parte de um secreto plano do governo. E ainda foram retiradas da área entidades religiosas ou civis, como a Comissão para a Criação do Parque Yanomami, que davam assistência médica aos índios, para deixar o garimpo sem peias.

Os discursos do governador de Roraima - velho caçador de escalpos -, do ministro do Exército e de todos os bugreiros que bebem nas mesmas águas é o mesmo: é impossível retirar os milhares de garimpeiros que por lá vagueiam.

Convenhamos que é um problema difícil, mas que surgiu pela ação ou omissão das autoridades, que pelo jeito viam com bons olhos a invasão, tanto que a assistiram sem mover uma palha.

A contrapartida de deixar como está será a solução final do problema dos Yanomami: o extermínio. Mais ainda. O uso do mercúrio está transformando os igarapés; há pouco tempo limpos e piscosos, em lagos de águas mortas, de lamas envenenadas.

Estivemos há dias na maloca de Paapiú. Lá o governo alongou e melhorou a pista de pouso. Como não se pode imaginar que faça parte do Projeto Calha Norte, pois está a poucos quilômetros da pista e do destacamento de Surucucus, fica a conclusão de que este melhoramento foi feito para propiciar o avanço proibido do garimpo em terras indígenas.

Paapiú parece um cenário da Guerra do Vietnã. De cinco em cinco minutos um avião pouso ou decola. Os helicópteros rondam sobre o pano de fundo da selva - trezentos gramas de ouro por hora de vôo. Dali sai uma riqueza de difícil mensuração, e que segue pelos descaminhos da fronteira, deixando atrás a morte da natureza e dos homens.

O posto da Funai está abandonado. Remédios e seringas descartáveis amontoados em desordem e misturados a latas de cerveja vazias. O livro de registro é folheado pelo vento. O rádio transmissor sumiu, ninguém sabe como. Os índios entregues aos garimpeiros. Enfim, uma amostra desse esterco em que se transformou o nosso país. Doença, destruição, mortalidade infantil. A malária, que não existia, agora flagela grande parte da população. A catapora deixa na cara dos que sobrevivem o sinal dos tempos de incúria.

Junto à ponta da pista, de onde arremetem os aviões para a decolagem, a cinquenta metros dela, está a maloca dos Yanomami, antes cercada pelo vôo dos pássaros e borboletas. O barulho é infernal. Impossível conversar dentro da maloca.

Depois do pôr do sol os aviões silenciam. Ai - disse um velho índio - temos um barulho muito pior: são as crianças que choram a noite inteira. De fome. (Severo Gomes, FSP, 18/06/89)

Governo perde controle de reserva Yanomami

Cerca de 30 mil garimpeiros já invadiram a área dos índios Yanomami em Roraima, sem que nada fosse feito: o governo do Estado afirma não ter como controlar a situação que preocupa os indigenistas. Para eles, a convivência com a invasão faz parte de uma política de extermínio dos nove mil índios que vivem ao longo da fronteira do Brasil com a Venezuela.

A pé ou transportados em pequenos aviões, os garimpeiros, no entanto, continuam chegando até as áreas do garimpo, cujos igarapés e rios já começam a ser poluídos, como o Uraricoera - o rio de Macunaima na lenda dos Macuxi -, onde há centenas de máquinas instaladas em balsas para perfurar seu leito em busca de ouro.

O governador de Roraima, Romero Jucá, considera a invasão um fato consumado. Em sua opinião, o importante agora é organizar a exploração do ouro nessa região. Os militares da área apóiam essa posição e alegam que a expulsão dos garimpeiros poderia criar sério impacto social. Entretanto, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) e os integrantes da Ação pela

Cidadania, que na semana passada visitaram o local, afirmam que se está cometendo contra os Yanomami "um verdadeiro genocídio".

Dispostos a denunciar a situação no Congresso Nacional e no Ministério da Justiça, Severo Gomes e o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) têm defendido a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a reformulação da política indigenista. Esses parlamentares ficaram chocados com as condições na área de Paapiú, onde as malocas dos índios ficam a cem metros de um prostíbulo, e o posto da Funai está abandonado. No posto médico, por exemplo, os medicamentos, quase todos vencidos, estão espalhados pelo chão junto com seringas descartáveis. O líder da aldeia, índio João Davi, o único que fala português, só consegue levar os Yanomami doentes até Boa Vista, se pagar os pilotos que pousam em Paapiú.

Em Boa Vista, Antônio Pedroso Júnior, chefe de posto, que há 50 dias abandonou Paapiú, admite não ter condições de reassumi-lo: faltam recursos, atendentes e transporte, pois a Funai

não dispõe de aviões para atender seus 23 postos no Estado. A própria fundação confirma as dificuldades: de janeiro até agora só foram liberados NCz\$50 mil para assistência aos grupos indígenas. Segundo Carlo Zachini, da Comissão para a Criação do Parque Yanomami - cujos integrantes foram expulsos da área Yanomami pela Funai -, esse quadro configura a existência de "uma política deliberada de extermínio dos índios".

A situação repete-se em outras áreas nas quais os índios se dividem sobre a presença dos garimpeiros. Em Jericó, onde vive um subgrupo Yanomami, o dos Xiriana, os índios fizeram um acordo com os garimpeiros: vão receber 200 gramas de ouro - equivalentes a NCz\$ 7 mil - para que as máquinas possam iniciar o trabalho na área. "Tenho falado para o meu povo que o rio vai ficar cheio de óleo, mas eles acham que nós vamos morrer de qualquer jeito", diz o índio Raimundo. De acordo com ele, já há três índios de sua aldeia vivendo com os garimpeiros que estão com as máquinas no rio Uraricá. (O Estado de São Paulo, 14/6/89)

Ibama recorre à justiça contra garimpo

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Fernando César Mesquita, informou dia 13 que o Ibama já entrou na Justiça com ação reivindicatória de posse para retirada de garimpeiros da Floresta Nacional de Roraima. Com a concessão do mandado judicial solicitado, o Ibama poderá recorrer à Polícia e ao Exército para a retirada dos garimpeiros, que segundo Fernando César Mesquita, chegam a 30 mil.

Pela ação impetrada pelo Ibama, fica assegurada às populações indígenas da área da floresta o uso

preferencial dos recursos naturais, sendo vedado o ingresso, trânsito ou permanência de terceiros, bem como o exercício de qualquer atividade sem a prévia autorização da Fundação Nacional do Índio e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

A medida solicitada pelo Ibama envolve a retirada dos garimpeiros das seguintes áreas indígenas: Uauari, Surucucu, Cutaíba, Paliuthere, Ericó, Acapural, Mujajai, Jundiá e Atriamani.

Precipitado

O governador de Roraima,

Romero Jucá Filho, considerou precipitado o recurso judicial para a retirada dos garimpeiros que se instalaram na Floresta Nacional de Roraima. "Não é com uma ação armada que vai ser resolvida a questão do garimpo na Amazônia ocidental, onde existem um milhão de garimpeiros", disse Jucá.

No dia 14, ele esteve com o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, apresentando a proposta de organização do setor mineral em Roraima. (Correio Brasileiro, 14/6/89)

IBDF quer reduzir reserva dos Awá no Maranhão

O subprocurador-geral da República no Maranhão, Cláudio Fonteles, entrou com um mandado de segurança na Justiça contra o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), por es-

te órgão ter solicitado do governo federal uma redução da reserva indígena dos Awá - território tradicional dos índios Guajá, de 147,5 mil hectares para 67 mil, segundo

a agência oficial Radiobrás. A intenção do IBDF é incluir os 30 mil restantes na reserva biológica do Gurupi, atualmente com 341,650 hectares. (Gazeta Mercantil, 08/06/89)

Cacique fala na França sobre queimada

O Cacique Catarino Sebirop Gavião, chefe de uma das últimas tribos do Parque Indígena do Aripuanã, na fronteira do Mato Grosso com Rondônia, e o antropólogo Mauro Leonel, pesquisador do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, de São Paulo, serão os representantes da América do Sul no programa *Salve o Planeta*, que será levado ao ar dia 22 de julho pela televisão francesa - 1(TF1), em cadeia com outras emissoras européias.

O programa, que deverá durar cerca de duas horas, reunirá exposições de autoridades e especialistas em meio ambiente do mundo todo, como os ministros franceses de pesquisas e tecnologia e do meio-ambiente, e o oceanógrafo

Jacques Cousteau. "Vamos falar prá todo mundo que o índio no Brasil está passando dificuldades, morrendo até de tuberculose", adianta Sebirop, que embarcou para a França no dia 16. Será a primeira vez que o cacique sairá do país, mas as distâncias, segundo ele, não o assustam. "Tenho mais medo das doenças do homem branco", afirma.

Sebirop, de 35 anos, é chefe da tribo dos Gaviões, hoje com menos de 470 índios. "A fumaça do homem branco está trazendo complicação para a gente e para as nossas plantações", reclama o cacique, referindo-se às queimadas na Amazônia, realizadas nestes meses. (JB, 14/06/89)

Hidrelétricas inundarão 30 mil km²

Cento e cinco usinas hidrelétricas, programadas para operar até o ano 2001, inundarão uma área, no País, de 30,4 mil quilômetros quadrados, deslocando 250 mil pessoas (28 mil índios). A informação é do assistente de diretoria de planejamento e engenharia das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) Pietro Erber, ao participar dia 14, no Rio de Janeiro, do simpósio sobre "Importância da energia nuclear no suprimento de eletricidade após 1990".

Erber reconhece que esta dimensão de área a ser alagada é "assustadora". Porém, está levando em conta o impacto que a destruição ambiental causará às cinco regiões do País. "A Eletrobrás elaborou, há dois anos, o Plano Diretor de Meio Ambiente, que estuda a viabilidade ambiental da construção de usinas hidrelétricas, a cargo do departamento de meio ambiente", ressaltou.

O Plano 2010, da empresa, elaborado em 1985, prevê 52 usinas na região Sudeste e Centro-Oeste, 31 na região Sul, 15 na região Norte e 7 usinas na região Nordeste. Somadas, as 105 usinas hidrelétricas, gerarão 58,5 mil megawatts.

Erber ressaltou que, após a elaboração do Plano 2010, foi feita uma reavaliação dos impactos sócio-ambientais de cinco usinas. "As usinas

de Santa Isabel, Belém, Pedra Branca, Ilha Grande e Capanema serão adiadas, reduzindo em 8,7 mil quilômetros quadrados as áreas a serem alagadas", afirmou. O assistente da Eletrobrás disse ainda que não há data marcada para a construção dessas cinco usinas.

Com o objetivo de obter uma maior interação entre a empresa e diversos setores da sociedade para intercâmbio foram criados dois comitês relacionados a atividades do meio ambiente. O Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente (Comase), criado em abril do ano passado e integrado por 25 representantes de empresas concessionárias, pela Eletrobrás e pelo Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), tem por função reunir e estudar temas como institucional, hidrelétrico, termelétrico e de sistemas de transmissão.

O Comitê Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (Coma), criado em dezembro de 1986, tem por função assessorar a direção da empresa, através de reuniões periódicas, e apresentar procedimentos a serem adotados. Dele fazem parte cientistas sociais, ambientalistas, planejadores e pesquisadores, sem nenhum vínculo com a Eletrobrás ou concessionárias. (Gazeta Mercantil, 15/6/89)

Acusado, servidor da Funai se afasta

O superintendente da Funai para o Centro-Oeste, Nilson Campos Moreira, pediu afastamento do cargo por 60 dias e em seu lugar assumiu dia 7 o administrador da Funai em Nova Xavantina (MT), José Silvério da Silva. Campos Moreira afastou-se temporariamente do cargo para não deixar quaisquer dúvidas a respeito da "isenção e transparência" dos trabalhos que serão desenvolvidos pela comissão de inquérito constituída pela presidência da Funai para apurar responsabilidades sobre possíveis irregularidades ocorridas na área sob a jurisdição da 2ª Superintendência da Funai, que fica sediada em Cuiabá. Essa superintendência abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Nilson Campos Moreira foi acusado por um ex-funcionário da Funai - Francisco de Assis da Silva - de envolvimento em negociação de madeira em áreas indígenas. Uma ação nesse sentido corre na Justiça Federal. No dia seguinte à publicação das denúncias, em 6 de abril último, o superintendente pediu a instauração de inquérito para as providências necessárias. Campos Moreira nega seu envolvimento no caso da extração ilegal de madeira. (Correio Brasileiro, 08/06/89)

Brasil e Japão negociam estrada

Até dezembro os governos brasileiro e japonês devem concluir as negociações, nas quais o Japão se compromete a financiar os US\$ 350 milhões necessários para as obras de prolongamento da BR-364 de Rio Branco, no Acre, até a cidade peruana de Pucallpa, por onde as exportações brasileiras terão acesso direto ao porto de Callau, em Lima, e ao oceano Pacífico. A informação foi dada dia 13 pelo governador do Acre, Flaviano Melo, durante palestra que fez a pecuaristas reunidos em São Paulo. Muitos deles possuem fazendas em áreas próximas à estrada. O governador disse que a construção não provocará danos ao meio ambiente. (O Estado de São Paulo, 14/6/89)

Vaticano pode punir Leonardo Boff de novo

O teólogo franciscano Leonardo Boff foi novamente ameaçado pelo Vaticano e pode ser punido mais uma vez com o "silêncio obsequioso". Por este motivo, tem evitado conceder entrevistas à imprensa e cancelou suas viagens ao exterior. Boff recebeu uma carta da Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé, assinada pelo Cardeal alemão Joseph Ratzinger, com novas críticas à sua produção literária, a partir da Teologia da Libertação. O conteúdo da carta e quais as obras visadas, desta vez, ainda não são conheci-

das, pois Boff tem evitado sistematicamente falar sobre o assunto.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, desta vez, decidiu intervir nas negociações com a Congregação do Vaticano para a Doutrina da Fé e, enquanto não houver uma solução para o impasse, Boff não viajará ao exterior, nem concederá entrevistas.

Boff foi punido pelo Vaticano, com um ano de silêncio, em 1985, por causa de seu livro "Igreja, carisma e poder", lançado pela Editora Vozes. A punição pro-

vocou uma série de protestos da corrente "progressista" da Igreja Católica no Brasil e no exterior. Com a punição, o Vaticano pretendia "conter excessos" dos seguidores da Teologia da Libertação.

Boff é considerado pelos seguidores da Teologia da Libertação uma espécie de "embaixador da Igreja progressista nos países socialistas", por manter frequentes contatos com representantes das Igrejas Católica, Ortodoxa Russa e Luterana. Atualmente, leciona Teologia no Instituto Franciscano de Petrópolis. (O Globo, 14/06/89)

Em 85, o primeiro silêncio do teólogo

O teólogo Leonardo Boff foi punido pela Vaticano em abril de 1985 com 11 meses de "silêncio obsequioso" por suas idéias, expostas no livro "Igreja, carisma e poder". Nesse livro, a Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano

viu críticas a um suposto medo dos católicos em questionar a Igreja e propostas para o fim do celibato obrigatório aos sacerdotes e para participação das mulheres nas funções sacerdotais. A punição só foi revogada na Semana

Santa de 1986.

Em 1987, a Cúria Romana continuou a vigiar seus textos e exigiu a interdição do livro "Roma Locuta", cuja segunda edição ficou empacotada, sem chegar à livrarias. (O Globo, 14/06/89)

Contradições marcam denúncias de Tuma contra a igreja

Ao depor, dia 15, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que apura as causas dos conflitos pela posse da terra no país, o diretor do Departamento da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, acusou a Igreja de colaborar com as invasões. Tuma disse também que as organizações internacionais exageram na dimensão dos fatos e a imprensa, muitas vezes, distorce as informações sobre conflitos agrários no Brasil. De acordo com o levantamento preparado pela Polícia Federal, e apresentado por Tuma, os conflitos se dão, principalmente, porque a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Igreja, é bem organizada e, também, devido à influência da CUT.

Na região Sul do país, de acordo com Tuma, está a área que ocorre atualmente o maior número de conflitos, formada pelos municípios catarinenses de Chapecó, Faxinal do Soturno e Abelardo Luz "ligados à diocese do bispo Dom José Gomes", que está jura-

do de morte pelos fazendeiros. Nesta semana houve mais um conflito na área, com a ocupação da Fazenda Caldato, de 7.500 hectares, no município de Palma Sola.

Apesar de não obter o número de mortos em conflitos agrários, Tuma afirmou que os dados divulgados pela Anistia Internacional e demais entidades que atuam no estrangeiro "são exagerados e denigrem a imagem do Brasil, além de não estarem baseados em informações oficiais". Disse também que a forma utilizada pela imprensa para divulgar o noticiário sobre os conflitos agrários "dá a entender que o governo e a Justiça nactuam com criminosos".

Quando o senador Leite Chaves, do PTB do Paraná, relator da CPI sobre a situação agrária no estado do Acre, perguntou sobre os acontecimentos naquele estado, o delegado Romeu Tuma disse com naturalidade que não tem "nem condições psicológicas para entender o que acontece no Acre". E acrescentou que isso se dá porque "a justiça é precária lá". O delegado Romeu Tuma reconheceu a existência de grupos paramilitares, que atuam a favor dos latifundiários, sob a fachada de agências de vigilantes, principalmente no Centro-Oeste do país e, mais recentemente, em áreas estritamente rurais. (JB, 16/06/89)

Bispo responde

O bispo de Imperatriz (MA) e presidente da CPT, Dom Afonso Gregory, rebatendo as acusações do delegado Romeu Tuma, desmentiu que a

Igreja incentive invasões rurais, dizendo que "apenas, é nosso papel dar apoio aos trabalhadores sem terra". (JB, 16/06/89)

MEC repassa três milhões à escola pública

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz assinou dia 13 no Ministério da Educação, um convênio que prevê alocação de NCz\$ 3 milhões destinados ao ensino de primeiro grau. O convênio faz parte do Projeto Monhagara, desenvolvido pelo Governo Federal e Banco Mundial. Assim como dez estados da região Norte e Centro-Oeste também beneficiados, o DF empregará a verba na melhoria de rede física e na capacitação de recursos humanos voltados para o ensino básico.

O Distrito Federal só foi incluído no projeto depois de uma solicitação especial do governador Roriz ao ministro da Educação, Carlos Sant'Anna. Após a assinatura do convênio que reuniu nove

governadores no Ministério, Roriz disse que o valor embora ainda "tímido" era importante para o Distrito Federal.

No total foram repassados aos estados NCz\$ 36,7 milhões do Governo Federal. Depois da aplicação desses recursos, o Banco Mundial liberará mais NCz\$ 23,8 milhões, dos quais NCz\$ 1,9 milhão para o Distrito Federal. O Programa Monhagara prevê a capacitação de 5 mil e 700 professores, construção de 380 novas salas de aulas, reforma de mais 150 equipamento de 500 centros de ensino com material didático para 345 mil crianças, 9 mil professores, e distribuição de 100 mil livros. (Correio Braziliense, 14/06/89)

Brasil tem mais alunos e mais analfabetos

O número de crianças e adolescentes de zero a 17 anos que frequentam a escola no Brasil aumentou, mas a taxa de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos cresceu de 31,7% (1981) para 33,8% (1986). Esta é uma das informações que constam do sétimo volume do "Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil", lançado dia 8 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Rio.

Editado em convênio com a Unicef, a publicação traz informações sobre a situação sócio-econômica, condição na família e inserção no mercado de trabalho, além da participação das crianças e adolescentes no orçamento fami-

liar, referentes a 1981, 1983 e 1986.

Entre as informações que o representante da Unicef afirma que podem ajudar o Governo a programar seus investimentos está a de que cerca de 24,8 milhões de jovens brasileiros fazem parte de famílias cuja renda mensal vai até dois salários mínimos, o que, de acordo com CPI do Congresso para problemas do menor, representa uma verdadeira situação de carência. Cerca de 20 por cento do total de jovens brasileiros vivem em famílias em condições de pobreza absoluta, com uma renda per capita de até um quarto do salário-mínimo. (O Globo, 09/06/89)

Lei da educação vai até Sarney

A competência para autorizar o funcionamento de universidade poderá sair da esfera do Executivo para ficar a cargo de decisão do Congresso Nacional, caso seja mantida na Comissão de Educação da Câmara a inovação do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação do Ministério da Educação. O documento cria o salário-creche, que obriga empresas a manter creches e pré-escolas ou contribuir para a existência desses serviços destinados a crianças de até seis anos. O texto do MEC

reduziu a primeira redação do anteprojeto.

Em audiência na Comissão da Educação da Câmara, o ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, adiantou dia 8 alguns pontos do anteprojeto, que ainda não está pronto. O ministro explicou que falta uma "redação parlamentar" ao texto, para que seja enviado ao presidente Sarney e, em seguida, encaminhado à Comissão de Educação, como mensagem do Executivo. (O Estado de São Paulo, 09/06/89)

Estado do Rio reabre escolas e dá merenda

A Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Fátima Cunha, informou dia 14 que o Governo do Estado vai reabrir as escolas da rede estadual - fechadas em função da greve dos professores, que completa hoje 38 dias - para o fornecimento de merenda escolar aos alunos, a partir de segunda-feira, dia 19. Segundo Fátima Cunha, o percentual de participação na greve caiu dos 89 por cento registrados nos primeiros dias para cerca de 50 por cento, à razão de menos três por cento de participação a cada dia.

A Secretária disse que a decisão do Governo do Estado de suspender o pagamento de salários de maio, a pressão de pais e alunos e até mesmo o cansaço estão levando professores e, principalmente, pessoal de apoio a retornarem ao trabalho. Sobre as negociações, Fátima Cunha disse que o Governo ofereceu o máximo possível: NCz\$ 270 de piso salarial com 12 por cento de diferença entre os níveis, e reajuste de acordo com o aumento da arrecadação do ICMS. Os professores reivindicam NCz\$ 290 de piso e reajuste pela variação do PIC. (O Globo, 15/06/89)

Merenda fraca e paga

Alunos recebendo como merenda meio pão francês, coberto com um molho feito de soja, cebola e coloral e um copo de suco não natural tendo de pagar 15 centavos e outros que não podem pagar ficando sem alimentação durante as aulas: este é o resultado da falta de verbas nas escolas estaduais em Minas e o atraso da entrega da merenda escolar pelo Governo Federal, através da FAE.

Na Escola Estadual José de Alencar, no bairro Goiânia, em Belo Horizonte, os mais de mil alunos, todos de classe média baixa ou de famílias carentes de periferia, estão passando por toda a sorte de necessidades por causa da falta de verbas estaduais e da não entrega da merenda escolar que teria de ser feita em abril e até hoje não chegou à despensa vazia da escola. (Correio Braziliense, 09/06/89)

Operários são mantidos em cárcere privado

As denúncias de funcionários da fábrica Zivi-Hércules, de que estão sendo submetidos a cárcere privado e recebendo maus-tratos de alguns seguranças da empresa numa sala escura, além de ameaças de prisão, serão apuradas pela Coordenadoria das Promotorias Criminais a pedido da Comissão de Justiça da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre. O vereador João Motta (PT) disse que a comissão já ouviu três funcionários demitidos por justa causa, "sem que haja nenhuma prova ou fla-

grante de roubo na empresa conforme alegação da Zivi para submetê-los a humilhações". Estão sob ameaças outros 60 empregados.

Três dos funcionários demitidos - Alamir dos Santos, com três anos e meio de serviço como ajustador de peças; Gleci da Silva, com dois anos na seção de escolha; e Flávio Fernandes da Rosa, ajustador há dois anos - que prestaram depoimento à Comissão de Justi-

ça da Câmara, disseram que outros funcionários estão sendo ameaçados pela empresa sob a alegação de que está havendo roubo de peças. Segundo Alamir dos Santos, que tem estabilidade no emprego por ser delegado da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e mesmo assim foi demitido, a empresa quer com isso "ao inventar a desculpa do roubo, provocar uma demissão de boa parte de seu quadro sem arcar com os direitos trabalhistas". (JB, 14/06/89)

PMs grávidas foram punidas no Paraná

A comandante de Polícia Militar Feminina do Paraná prendeu cinco PMs, durante oito dias, por estarem grávidas e serem solteiras, no final do mês passado. Segundo a comandante da companhia, tenente Iracema Figueiredo, as policiais foram detidas por ferir as normas disciplinares da Polícia Militar do Paraná, que não permitem "o comprometimento irregular das militares com encargos de família sendo solteiras.

Para a comandante, o problema não está na gravidez em si, mas "nos fatores que envolveram os cinco casos". Sem entrar em deta-

lhes sobre os critérios pelos quais são avaliados esses fatores, a tenente se refere à lei da PM pela qual "todo militar deve zelar pela honra da classe e observar o comportamento irrepreensível na vida pública e particular".

Discriminação

Na opinião de uma das policiais punidas - que assim como suas colegas insiste em permanecer anônima -, a sanção disciplinar é "discriminatória, porque há pelo menos uma policial grávida na corporação que é solteira e não sofreu restrição". A policial acredita

que o motivo da punição "é a intenção da comandante de restringir o número de mulheres solteiras grávidas dentro da companhia, pois existe um grande anseio entre as policiais de ter filhos sem se casar".

As cinco policiais já retornaram ao trabalho e estão recorrendo da decisão junto ao Comandante-geral da Polícia Militar do Paraná. Elas têm esperanças de conseguir fazer sua defesa e até provar sua "inocência". Das cinco PMs punidas, três convivem maritalmente com os pais de seus filhos. (O Estado de São Paulo, 16/06/89)

Servidores querem os grevistas em Brasília

Os servidores públicos federais de todo o País, em greve desde o dia 13, planejam promover no dia 26 uma marcha para Brasília a fim de reforçar o movimento, que conta hoje com a adesão de 70% dos cerca de 700 mil funcionários do setor, segundo o comando geral nacional do movimento. "Embora a greve esteja fraca em Brasília, está se tornando mais forte nos Estados", garantiu a presidenta do Sindicato dos Servidores, Maria Laura Pinheiro.

A estimativa do comando é que em Brasília 50% dos servidores dos ministérios da Saúde, Previdência, Agricultura e Educação, incluindo as universidades federais, aderiram à paralisação. Nos ministérios da Fazenda, Cultura, Comunicação e na Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Sepplan), a participação é

pequena.

Na Bahia, Goiânia, Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Acre, o movimento atinge mais de 70% dos servidores, garantem os líderes do comando. Dia 15, mais uma vez, funcionários públicos federais se uniram em manifestação em frente ao Congresso Nacional. Dessa vez, os cerca de 800 grevistas tiveram apoio de 300 funcionários administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado, que interromperam suas atividades das 14 às 17 horas.

Em São Paulo, a greve tem a adesão de funcionários da Escola Paulista de Medicina, Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.), Delegacia Regional do Trabalho e Delegacia do Ministério da Agricultura, cujo responsável, Nestor Ri-

beiro, determinou o corte do ponto dos servidores que faltarem ao serviço.

Embaixada

Também reivindicando melhores salários, cerca de 30 funcionários brasileiros - ao todo são 46 - da Embaixada da França em Brasília aderiram dia 15 à paralisação de advertência marcada para durar 24 horas. Eles querem reposição salarial de 93%.

Enquanto isso, no Rio, tumultos marcaram dia 15 o quarto dia de greve dos caminhoneiros, e sete manifestantes foram presos pela Polícia Militar. Os policiais usaram a força para dispersar um piquete na avenida Lobo Júnior, na Penha, segundo líderes do movimento. (O Estado de São Paulo, 16/06/89)

Acontecendo

Baixas

Na lista dos que perderam com a mais recente implosão do mercado de ações, comandada pelo inveterado jogador Naji Nahas, está o empresário Roberto Marinho. (Informe JB, 13/89)

Mil utilidades

Da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), na inauguração da sede regional do partido: "Se JK estivesse vivo, ele estaria ao lado do dr. Ulysses, e o acompanharia na subida da rampa do Palácio do Planalto". (Painel FSP, 15/6/89)

Rasgação

Diálogo transmitido pelo rádio entre César Maia e José Serra no dia 13: "Eu já disse que o meu candidato a ministro é o César", diz Serra. "Eu é que vou dizer para o Brizola convidar o Serra", responde Maia. (Painel FSP, 15/6/89)

Síntese

O PDT começa a distribuir na próxima semana, em todo o país, os adesivos da campanha de Brizola. Todos enormes, com uma única palavra: "Brizolei". (Painel FSP, 15/6/89)

Para quem esqueceu

A atriz Joana Fomm deixou dia 14, na liderança dos "tucanos", cópia dos dramáticos depoimentos que colheu das vítimas do acidente com "césio 137", em Goiânia, mostrando o estado de abandono em que se encontram. (Painel FSP, 15/6/89)

Tá chegando a hora

Dentro de exatos cinco meses, o brasileiro vai às urnas para escolher seu presidente da República.

A primeira eleição direta desde 1960. (Informe JB, 15/6/89)

Piada de pregão

Em um país direito um sujeito como Naji Nahas não poderia entrar.

Aqui, é o contrário, ele não pode sair. (Informe JB, 15/6/89)

Doença

Placa de protesto exibida por um dos professores estaduais de São Paulo, em greve há dois meses por reposição salarial:

"Quércia = AIDS"

Em tempo:

AIDS, no caso, quer dizer, segundo o manifestante, Alto Índice de Defasagem Salarial. (Informe JB, 15/6/89)

Engorda

O candidato do PL à presidência da República, Guilherme Afif Domingos, tem nova teoria sobre o sucesso de Fernando Collor de Mello nas pesquisas de opinião.

- É como se os meios de comunicação tivessem posto este candidato em um quarto, e lhe servido fartas refeições, confinando todos os demais em outro quarto, tratados apenas a água. Depois, vieram os institutos de pesquisa pesar cada candidato, para ver quem engordou mais - ironizou Afif. (Informe JB, 15/6/89)

Neologismo

A deputada Ana Maria Rattes (PSDB-RJ) está lançando um novo verbo para incrementar a campanha do candidato tucano à presidência da República:

- Todos falam em collorir, mas a onda mesmo é *covakear* para tomar um porre de felicidade.

Covakear é votar em Covas. (Informe JB, 15/6/89)

Pé no freio

O prefeito Marcello Alencar mandou instaurar sindicância para apurar quem era o casal que fazia compras no supermercado Barra, de Santa Cruz, na zona oeste do Rio, utilizando o carro YX-0399, n.º de ordem 17.903, da Prefeitura. (Informe JB, 15/6/89)

Cores sujas

O mais novo baiano collorido, deputado Alcindo Anunciação (PL), está indiciado em inquérito policial por apropriação indébita. A Justiça não conseguiu botar as mãos nele até agora porque a Assembléia Legislativa negou pedido do Tribunal para processá-lo.

Por esse e outros apoios, fica cada vez mais difícil para Fernando Collor seguir com seu discurso moralizante. (Canal 3, OESP, 16/6/89)

Descaso

Por que o Poder Judiciário do Rio de Janeiro se mostra tão lento e desinteressado na apuração do caso *Bateau Mouche*? (Informe JB, 16/6/89)

Marido traído

Já não se fazem mais líderes - e nem governos - como antigamente.

O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, só soube que o presidente José Sarney convocara uma reunião com todos os partidos no Palácio da Alvorada quando ela já havia terminado. (Informe JB, 16/6/89)

Lá e cá

A taxa de inflação anual subiu para 3% em maio contra 2,2% no mesmo período ano passado.

A de abril foi 2,6%.

A alta foi causada principalmente pelo aumento

dos preços dos aluguéis, dos produtos de fumo e do álcool.

Na Suíça. (Informe JB, 16/6/89)

Estocada

Do líder do PFL na Assembléia de Pernambuco, Carlos Porto:

- Muita gente criticou o senador Marco Maciel quando ele lançou Silvio Santos como candidato. Agora percebe-se que tinha razão. O brasileiro estava mesmo louco para votar em um apresentador. (Informe JB, 16/6/89)

Análise

Para Delfim Netto, Maluf tem todas as chances de chegar ao segundo turno: "Hoje temos um candidato disparado em 1º lugar e os outros equilibradamente em segundo". (Painel FSP, 16/6/89)

Privilégio

Quem também ficou mais esperançoso com a atual situação foram os "tucanos". Para eles, de todos os candidatos que se opõem a Collor, Covas é o único que no 2º turno poderia receber votos dos demais. (Painel FSP, 16/6/89)

É assim, ó...

O governo federal gastou NCz\$ 4 milhões na produção de onze vinhetas de rádio para contar de que forma ele gasta o dinheiro público. (Painel FSP, 16/6/89)

O dono da bola

Felipe Cheidde, cassado por não trabalhar, voltou à Câmara. E não deixou ninguém trabalhar. (Painel FSP, 16/6/89)

Rotatividade

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) entrou com projeto de lei que proíbe a reeleição de dirigentes sindicais por mais de duas vezes consecutivas. (Painel FSP, 16/6/89)

No forno

Guardado a sete chaves na Assembléia Legislativa paulista, há um projeto de substancial aumento para os deputados. Os parlamentares só esperam acabar a greve dos professores para aprová-lo. (Painel FSP, 19/06/89)

Constrangimento

Pegaria mal para os deputados aumentar os próprios salários enquanto os professores não conseguem o seu. (Painel, FSP, 19/06/89)

Juntar forças

O cientista político José Álvaro Moisés acha que se não for feita logo uma frente de centro-esquerda incluindo o PT, o PSDB e o PCB, Collor pode ganhar no 1º turno. (Painel, FSP, 19/06/89)

Iniciativa privada

Do senador Severo Gomes (PMDB-SP): "É preciso estatizar o Banco Central". (Painel FSP, 19/06/89)

Dissidência

Enquanto o carnavalesco Joãozinho Trinta senta no PDS, Neguinho, puxador de samba da Beija-Flor de Nilópolis, é um dos signatários do manifesto de apoio à deputada Benedita da Silva para vice de Lula. (Painel, FSP, 19/06/89)

Cardápio

O café da manhã servido no Palácio Ondina mudou: as frutas que eram largamente consumidas por Waldir Pires foram substituídas pela carne de sol com jabá, mais ao gosto do novo governador, o "sertanejo" Nilo Coelho. (Painel, FSP, 19/06/89)

Haja democracia

O deputado Luiz Gushiken (SP) não achou mais lugar vago dia 18, ao chegar ao encontro do PT em São Paulo. Presidente nacional do partido, Gushiken acabou sentando no chão. (Painel, FSP, 19/06/89)

Aconteceu

Assinatura anual NCz\$5,00

Assinatura de apoio: NCz\$10,00

Faça sua assinatura através
de cheque nominal para o **CEDI**
**Centro Ecumênico de Documentação
de Informação**

Menem luta pela integração latino-americana

O Presidente eleito da Argentina, Carlos Menem, voltará a levantar a bandeira da integração latino-americana, erguida durante muitos anos pelo General Juan Perón, segundo declarou dia 14 em entrevista na qual também falou da inflação, da dívida externa e do tratamento que seu Governo dará aos militares.

Menem disse nessa entrevista ao canal 2 de televisão que o anúncio do Presidente Raúl Alfonsín de que renunciará no próximo dia 30 o surpreendeu, mas acrescentou estar pronto para assumir o poder

agora e não em dezembro, como previsto. E prometeu divulgar no próximo dia 2, ou 3, no máximo, seu programa econômico.

A respeito da integração latino-americana, o Presidente eleito observou que os europeus conseguiram formar uma Comunidade Econômica e um Parlamento e se preparam agora para usar uma só moeda, apesar de, no passado, terem travado guerras e terem sido divididos por ferozes nacionalismos e de terem diferentes idiomas e religiões.

- Quando vou a qualquer país

latino-americano sinto-me como em meu próprio país. Então, por que continuarmos divididos, nesta ação suicida, eu diria? - perguntou Menem.

Sobre a inflação que passou na Argentina de 75% ao mês, Menem anunciou que colocará em marcha um pacto federal, econômico, social e político para preparar a revolução produtiva. Sobre a dívida externa, o Presidente eleito disse que o Plano Brady ainda não foi completamente definido, tratando apenas do México, sem mencionar a Argentina. (O Globo, 15/6/89)

China prende em massa e condena três à morte

Um tribunal de Xangai condenou à morte três operários, acusando-os de incendiar um trem e provocar a morte de seis pessoas. Essa é a primeira sentença desse tipo desde que começaram as prisões em massa em todo o país. Foi dado um prazo de três dias para os condenados apelarem.

Todos os meios de comunicação, especialmente a televisão, deram grande destaque à sentença, chamando os condenados de criminosos e salafários e identificando-os como Xu Gouming, trabalhador numa cervejaria, Yan Hanwu, operário desempregado e Yan Xuerong, que trabalha numa fábrica de rádios.

O esquema montado para a divulgação evidenciou a intenção do governo de mostrar que os protestos serão duramente punidos. Os três condenados apareceram com a cabeça raspada e com cartazes no peito, onde apareciam seus nomes e os crimes de que são acusados. Essa prática era comum durante as décadas de 60 e 70 na Revolução Cultural.

O jornal do Partido Comunista *Diário do Povo* dedicou várias páginas para noticiar mais 95 prisões (o total ultrapassa a mil), entre as quais a de Lui Qiang, líder da ilegal União Livre dos Operários e o líder estudantil Xiang Wei, de 23 anos, que a mãe teria convencido a se entregar. Xiang Wei apareceu na televisão e leu uma declaração de culpa e arrependimen-

to, pedindo perdão e clemência. Segundo o governo, outras 15 pessoas já se entregaram.

Em longo artigo de primeira página, o jornal justifica as penas de morte, afirmando que "os criminosos têm que ser punidos exemplarmente e que sua conspiração deve ser mostrada". Na televisão foi noticiado que outras 26 pessoas foram julgadas na província de Jilin e que receberam "penas adequadas". Seus crimes foram de incendiar veículos militares, passíveis de pena de morte.

Entre as prisões do dia 15 foram citados três homens, acusados de enforcarem e queimarem um soldado em Pequim. Ao divulgar essa prisão, a televisão mostrou o prefeito de Pequim, Chen Xitong, homenageando a mãe do soldado morto, que era aplaudida por um grupo de soldados.

Os três operários condenados à morte foram apresentados como responsáveis pelo choque de dois trens, no dia 6 último, e a morte de seis pessoas. Na realidade, nesse dia um trem militar foi queimado depois de investir e matar seis pessoas que protestavam obstruindo a linha.

Quase duas semanas depois do massacre da Praça da Paz Celestial, há informações de que o número de presos seria de pelo menos 5.000 pessoas.

Esse clima de caça às bruxas provocou uma verdadeira corrida de pessoas, principalmente estu-

dantes, às embaixadas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão, Dinamarca e Holanda. Informações não confirmadas indicam que já são mais de 500 os pedidos de asilo. Entre os asilados está a estudante de psicologia Chai Ling, de 23 anos, uma das líderes dos protestos em Pequim que no início da semana foi indicada por dois deputados do Parlamento holandês para o prêmio Nobel da Paz. Em Hong Kong, um jornal publicou dia 15 uma entrevista telefônica com o físico dissidente Fang Lizhi, que está na embaixada americana em Pequim e foi colocado na lista de procurados pelo governo. Fang comenta o massacre do dia 4 de junho, afirmando que o governo chinês "está disposto a tudo" mas também prevê que a violência terminará provocando a queda dos atuais donos do poder.

O líder soviético Mikhail Gorbachev, em visita à Alemanha, manifestou preocupação com a situação na China, dizendo que a situação internacional poderia ser prejudicada com uma eventual desestabilização política na China. Visivelmente cauteloso, Gorbachev mais uma vez evitou condenar a ação do governo, alegando que não dispõe de informações seguras sobre o que aconteceu. Disse no entanto que em princípio não se podia qualificar os estudantes de contra-revolucionários, nem dizer se eles, de fato, foram usados com outros fins políticos. (JB, 16/6/89)

Economistas dos candidatos temem hiperinflação

O Brasil corre o risco de estar em hiperinflação antes da posse do próximo presidente da República. A possibilidade dessa catástrofe, que provocaria quedas agudas de salários e aumentos bruscos de desemprego, foi reconhecida pelos principais assessores para assuntos econômicos dos cinco candidatos à presidência com índices mais elevados de preferência nas pesquisas de opinião.

Três deles - Aluísio Mercadante (de Luís Inácio Lula da Silva-PT), César Maia (de Leonel Brizola-PDT) e Luciano Coutinho (de Ulysses Guimarães-PMDB) - julgam que, se a hiperinflação ocorrer, será necessário combatê-la com um choque ortodoxo de grande rigor, que inclua eliminar o déficit público e cessar o financiamento do Estado através da emissão de moeda. Coutinho foi o único dos cinco economistas que, reconhecendo o risco, considerou o advento da hiperinflação uma possibilidade remota.

Zélia Cardoso de Mello (assessora de Fernando Collor de Mello-PRN), que é sócia da empresa de consultoria ZCL, contratada sem concorrência para prestar serviços ao governo de Alagoas, foi a única dos cinco que não afirmou a necessidade de medidas ortodoxas para combater a hiperinflação. Ela disse que ela seria dissipada pelo choque de credibilidade da eleição de Collor.

José Serra (de Mário Covas-PSDB) disse que será necessário adotar um choque fiscal como parte do esforço para frear a desintegração do Estado e recuperar os investimentos. Acrescentou que a hiperinflação seria combatida pelo choque de credibilidade da eleição de Covas e por choques de autoridade, de realismo e de consenso.

Todos os cinco assessores, independentemente da conjuntura econômica do país, estão planejando um endurecimento da posição do Brasil frente à dívida externa. Os planos que podem levar a confrontações mais agudas com os banqueiros são a retirada do aval da União, proposta por Zélia, e a suspensão do pagamento dos juros, defendida por Mercadante.

Os cinco assessores disseram que não apóiam o calote ou a moratória da dívida interna. Todos eles, no entanto, pretendem realizar negociações voluntárias com os grandes empresários, para canalizar proporções substanciais de suas aplicações no overnight para a aquisição de valores mobiliários de longo prazo.

Como objetivo de longo prazo, os cinco assessores estão elaborando planos para o Brasil retomar o desenvolvimento econômico com a simultânea melhoria do

perfil de distribuição de renda. Mercadante, Coutinho e Maia pretendem mudanças mais profundas no modelo de desenvolvimento, em relação à experiência brasileira da década dos 70. Para a economia voltar a expandir, todos, exceto Serra, consideraram que antes o governo terá que fazer uma renegociação profunda da dívida externa. Com exceção de Mercadante, eles querem tornar as empresas mais expostas ao risco e à competitividade nacional e internacional. (Folha de São Paulo, 16/6/89)

Desenvolvimento econômico

O saneamento das finanças públicas e o apoio do Estado à capacitação tecnológica moderna são iniciativas que todos os assessores dos cinco candidatos sublinharam para o Brasil retomar o desenvolvimento econômico. Com exceção de José Serra, os assessores enfatizaram ainda que a renegociação da dívida externa constitui condição prévia para a retomada do desenvolvimento.

Todos os assessores disseram que o crescimento econômico e a

distribuição de renda precisarão ocorrer simultaneamente. Aluísio Mercadante, Luciano Coutinho e César Maia defenderam mudanças mais amplas na concepção de desenvolvimento. Mercadante e Coutinho pretendem impulsionar uma sociedade de consumo de massas, com prioridade para o atendimento aos mais pobres. Maia quer uma política industrial voltada para investimentos em cidades de porte médio e em regiões mais pobres. (Folha de São Paulo, 16/6/89)

Só PT não quer privatizar

O Estado deve privatizar as suas empresas que hoje não são estratégicas para o desenvolvimento econômico e que podem ser geridas com maior eficiência pelo setor privado, segundo Zélia, Coutinho e Serra. Para estes três, a privatização deve seguir critérios pragmáticos sobre os setores prioritários para a atuação do Estado.

Maia, que em princípio não é contrário à privatização de indústrias sem interesse estratégico, prefere enfatizar a necessidade do aumento da produtividade e da eficiência na administração direta e nas empresas estatais, objetivo este que é compartilhado pelos demais assessores.

Mercadante é contrário a programas de privatização. O assessor do candidato do PT disse que o

Estado precisa ser desprivatizado, no sentido de eliminar a sua subordinação aos interesses privados das empreiteiras e de outros grupos empresariais que são fornecedores do Estado. O combate à corrupção nas relações do Estado com o setor privado faz parte da plataforma de todos os candidatos.

As propostas mais arrojadas de privatização foram apresentadas por Zélia. Ela defende a concessão de serviços públicos (energia elétrica, ferrovias etc.) para capitais privados.

Zélia Cardoso de Mello disse ainda que o Estado deverá buscar a associação com a iniciativa privada para realizar novos investimentos prioritários. (Folha de São Paulo, 16/6/89)

Parlamento Europeu quer boicotar Carajás

O Parlamento Europeu recomendou à Comunidade Econômica Européia a decretação de uma moratória na importação de minério de ferro de Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, até que sejam modificados os sistemas de produção e abastecimento de energia do pólo siderúrgico de ferro-gusa, em implantação na região, "de forma a não prejudicar as florestas e populações indígenas". A Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás aprovou a instalação de 21 usinas ao longo da ferrovia Carajás, que vão converter minério de ferro vendido pela Vale do Rio Doce em ferro-gusa, ferro-liga e sílica metálica. As usinas vão queimar florestas nativas para obter carvão vegetal

combustível.

Ao mesmo tempo, o Parlamento sugeriu a CEE que tome a iniciativa de elaborar, em colaboração com os demais organismos que contribuíram para o financiamento do Projeto Ferro Carajás, um esquema alternativo de produção de ferro-gusa, que não use carvão vegetal. Os parlamentares, referindo-se ao projeto da Vale, destacaram seu efeito direto e negativo sobre o meio ambiente e a população indígena.

No caso específico da Região Amazônica, o Parlamento Europeu admite a possibilidade de indenizar os países por eventuais prejuízos provocados pela interrupção de projetos que são economicamente importantes mas eco-

logicamente prejudiciais. Recomenda, inclusive, ajuda financeira ao Brasil para suportar o bloqueio das exportações de minério de ferro até que os problemas energéticos tenham sido resolvidos.

Os parlamentares propõem ainda a criação, em todos os estados membros da Comunidade, de comitês de solidariedade à floresta amazônica, incumbidos de publicar periodicamente a relação de empresas que estejam de alguma forma ajudando a destruí-la. O Parlamento Europeu enfatizou à CEE que conceda "especial prioridade" à proteção da Amazônia e que não participe de projetos que possam, de alguma maneira, colaborar no processo de devastação. (JB, 15/06/89)

Câmara fixa penas para crime ecológico

A Câmara dos Deputados aprovou dia 15, depois de várias tentativas frustradas, três dos quatro projetos de lei que compoem o programa Nossa Natureza. Entre as propostas aprovadas em plenário, está a figura do crime ecológico com penas fixadas entre um e quatro anos de prisão para quem violar a legislação. A mesma punição será aplicada para aqueles que não obedecerem às regras de comercialização e aplicação de agrotóxicos. As propostas aprovadas pela Câmara dos Deputados seguem agora para apreciação no

Senado Federal.

A aprovação dos projetos remetidos ao Congresso Nacional pelo Executivo, que sofreram uma série de modificações, "representa um grande avanço na política ambientalista brasileira", na avaliação do deputado Fábio Feldmann (PSDB/SP), coordenador da Frente Verde no Legislativo, o qual viveu nos últimos dias tensas discussões com setores, dentro da Câmara dos Deputados, que insistiam em aprovar pontos que significam retrocesso na política de de-

fesa da ecologia na visão dos ambientalistas.

A votação do projeto de lei, adiada por três vezes, foi feita dia 15 mesmo com as duas comissões responsáveis pela análise dos projetos - Agricultura e Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. Houve problemas em dois pontos: a liberação dos mangues para utilização econômica por meio da cultura de camarões e salineira e a diminuição da área mínima fixada para preservação em propriedades rurais de 20 para 15%. (JB, 16/06/89)

Juiz embarga obra em reserva ambiental

A obra de construção de um trecho irregular da BR-101, dentro de uma área de preservação ambiental de Cananéia, no Litoral Norte, que vinha preocupando as entidades de proteção ao meio ambiente, está paralisada. Dia 15, um oficial de justiça protegido por uma equipe da Polícia Florestal foi até a fazenda Ponta Grossa, propriedade de Milton Mello Milréu, responsável pela obra, para embargá-la judicialmente. A ação foi feita com base em liminar concedida dia 14 pelo juiz Ivo de Almeida, titular de Cananéia.

Este foi o segundo embargo da obra em menos de um mês. O

primeiro, administrativo, efetuado pelo escritório do Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), não foi sequer levado em consideração pelo administrador da fazenda, Severino Pereira, que expulsou do local os fiscais do departamento.

Desta vez, porém, se desrespeitar o embargo judicial, ele poderá ser preso por crime de desobediência. Mas, mesmo que insista em não obedecer à lei, Severino terá dificuldades: o juiz determinou também que os equipamentos usados para os serviços sejam apreendidos.

A liminar concedida na

quarta-feira foi resultado de ação cautelar preparatória impetrada pela promotora de Justiça de Cananéia, Lílina Mercadante Mortari. O Ministério Público prepara, agora, uma ação civil contra os infratores, entre os quais estão também a família Steiner, proprietária de uma fazenda também cortada pela estrada, e a empreiteira Rodomeq, que cedeu as máquinas. Além de ter de justificar o desmatamento, Milréu deverá ainda responder à ação criminal por dano ao patrimônio histórico, por causa da derrubada e do desaparecimento de dezenas de postes que pertenciam à antiga linha do telegrafo. (JB, 16/06/89)

Governo do Amazonas distribui motosserras

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, cumprindo promessa da campanha eleitoral, anunciou dia 12 o reinício da distribuição de motosserras, alegando estar sendo pressionado por centenas de comunidades agrícolas. Segundo ele, que se baseou em "estudos técnicos", o uso das motosserras não vai comprometer a preservação da Floresta Amazônica, apesar de sua enorme capacidade destrutiva (um homem devasta em dois dias o equivalente ao trabalho de seis homens com machados e foices).

A distribuição de motosserras havia sido suspensa pelo governador em fevereiro "para tranquilizar os ecologistas", quando já entregara cerca de duas mil a grupos de sete a quinze famílias. Se ele cumprir a promessa feita aos seus eleitores, de fornecer "implementos agrícolas", como chama, às seis mil comunidades estabelecidas nos be-

radões do Rio Amazonas, mais de 4 mil motosserras vão entrar em atividade até maio do ano que vem, quando Amazonino pretende deixar o governo para disputar uma vaga no Senado.

Amazonino Mendes garantiu que a decisão anunciada dia 12 foi amadurecida na recente viagem de 10 dias ao Rio Juá, afluente do Solimões. Ele recebeu muitas cobranças dos agricultores. "Se eu não agisse assim, estaria deixando milhares de caboclos na miséria". O governador insistiu na tese de que as motosserras vão evitar a transferência dos trabalhadores para outros estados.

Considerada equipamento de risco, a motosserra, teoricamente, exige manuseio cuidadoso do operador e equipamento especial, como capacete com visor, protetores de ouvido, macacão, sapatos e luvas. Impulsionados por motor a gasolina, têm autonomia de 60 a

90 minutos de operação.

Lei proíbe

Há cerca de um ano, o deputado estadual Carlos Minc (PV-RJ) apresentou à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro um projeto de lei para equiparar legalmente as motosserras às armas de fogo. A intenção era clara: fazer com que a venda e o uso dessas máquinas tivesse controle oficial para dificultar o corte indiscriminado de árvores. O projeto foi aprovado pela Assembléia e sancionado pelo governador Moreira Franco. Mais tarde, o deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) apresentou o mesmo projeto ao Congresso Nacional, que o aprovou. Mas até hoje nenhuma das duas leis - a estadual e a federal - foi regulamentada - ou seja, ainda não foram levadas à prática. As motosserras continuam sendo vendidas livremente. (JB, 13/06/89)

Parque dos Veadeiros pega fogo outra vez

Pela terceira vez em um mês, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 400 quilômetros ao norte da capital da República, está em chamas, causados por fazendeiros da região. O incêndio já consumiu cerca de 1 mil 200 hectares dos 60 mil hectares da área total do parque. No ano passado, as queimadas atingiram 80% do parque.

A Companhia de Combate a Incêndios Florestais do Corpo de Bombeiros enviou 35 homens pa-

ra debelar vários focos de incêndio. A situação é preocupante porque o fogo se alastra em região de difícil acesso.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os incêndios se repetem devido às pendências sobre a regularização fundiária na região do parque. Existem 72 fazendeiros com propriedades dentro do parque que ainda não foram desapro-

priadas pelo governo.

Técnicos do Ibama não descartam a possibilidade de as queimadas estarem sendo geradas de maneira premeditada para inviabilizar o parque, pois os focos de incêndio estão muito próximos um do outro. O primeiro incêndio no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aconteceu há 20 dias, mas foi logo controlado. No último dia 10, apareceu novo foco, também apagado pelo bombeiros. (JB, 14/06/89)

Protestos de ecologistas proíbem caça no Sul

Os ecologistas gaúchos conseguiram sua primeira grande vitória no combate à caça no Rio Grande do Sul, único estado onde a caça é permitida oficialmente, no período de 29 de abril a três de outubro, e que deverá matar 14 milhões de aves e lebres. As denúncias de falta de fiscalização, somadas a duas medidas judiciais mo-

vidas por ecologistas, levaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a suspender, por tempo indeterminado, a permissão de caça em quatro dos 13 municípios onde ela é permitida.

"A justificativa da decisão do Ibama é que longa estiagem no es-

tado prejudicou a procriação e renovação das espécies", explicou o presidente da Ação Ecológica de Combate à Caça, Benjamin Barbiaro. Ele agora pretende mobilizar outras entidades ambientalistas para que seja proibida a caça até o fim deste mês, também nos nove municípios restantes. (JB, 14/06/89)

Amazônia teve menos queimadas em 88

As queimadas na Amazônia Legal diminuíram em 40% no ano passado em comparação com 1987. A estimativa da área queimada em 1988 é de 121 mil quilômetros quadrados - equivalente à metade do estado de São Paulo - enquanto no ano anterior foram queimados 204 mil quilômetros quadrados - um Paraná inteiro. A avaliação é do pesquisador Alberto Seltzer, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), que usou imagens do satélite NOAA-9 para estabelecer o índice de cobertura vegetal queimada no ano passado - 2,8% dos 4,6 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal.

O estudo adverte que os resultados do ano passado são subestimados, assim como os do ano an-

terior. Cerca de 40% das áreas queimadas em 1988 correspondem a desmatamentos recentes e cerca de 8.500 focos de incêndio foram detectados pelo satélite num único dia. O resultado acabou subestimado em função do valor de tempo médio de duração de uma queimada adotado, de apenas um dia.

número de imagens do satélite NOAA-9 utilizadas em 1988 foi superior ao dobro das de 1987 - 97 imagens contra 46. De acordo com o estudo, uma densa fumaça cobriu por mais de 40 dias Rondônia, Sul do Pará e Norte do Mato Grosso, local onde mais se queimou - 49.300 quilômetros quadrados, dos quais 27.600 em cerrados e 21.700 de florestas.

O estado de Tocantins é o segundo colocado, com 26.100 quilômetros de área queimada - à frente de Rondônia, com 19.400. No Pará foram queimados 14.900 quilômetros quadrados, no Maranhão 7.100, no Acre 2.900 e no Amazonas 1.300 quilômetros quadrados.

O estudo mostra que Tocantins foi o estado mais atingido pelas queimadas no ano passado - 19,7% de sua área. A cobertura vegetal em Rondônia foi reduzida em 7,94%, enquanto Mato Grosso perdeu 5,6% - 7,7% de cerrados e 4,2% de florestas. No Pará o índice atingiu 1,2%, no Maranhão 2,7%. A cobertura vegetal do Acre foi reduzida em 1,9% e a do Amazonas em 0,1%. (JB, 13/06/89)

Agricultura é a maior ameaça ao Pantanal

O modelo agrícola consagrado nos anos 70 representa uma ameaça maior à região do Pantanal do que as quadrilhas internacionais que estão dizimando os jacarés, disse o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, no 1º Congresso Internacional sobre Conservação do Pantanal. Segundo ele, os agricultores estão trabalhando irracionalmente nas cabeceiras dos rios que desembocam na região pantaneira: "Eles estão matando duplamente os rios, ao devastar as florestas ribeirinhas, provocando o desbarrancamento e o assoreamento dos rios, e ao usar agrotóxicos indiscriminadamente, destruindo os pei-

xes, como ocorreu com o rio Taquari, que já foi o mais piscoso do país", advertiu.

Marcelo Miranda também reclamou das pressões de ecologistas estrangeiros sobre o Brasil. "Antes de suspender financiamentos sob alegação de desrespeito ao meio ambiente, as instituições financeiras internacionais melhor fariam se aportassem mais recursos para o desenvolvimento da educação ambiental, de recuperação de áreas degradadas e de repressão aos agressores da fauna pantaneira", disse.

Janice Blanck, representante do World Wildlife Fund (WWF) - a maior organização não-

governamental conservacionista do mundo - mostrou, entretanto, disposição para colaborar. O WWF está pronto para ajudar financeiramente e tecnicamente vários projetos, desde que seja apresentado um programa para a conservação do Pantanal. Segundo Blanck, o assoreamento das margens do rio Taquari e os diversos garimpos que poluem os rios do Mato Grosso do Sul são os maiores problemas do Pantanal. O WWF já financia uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que estuda a dinâmica de vida do jacaré pantaneiro e sua criação e reprodução no cativeiro. (JB, 15/06/89)

Curitibanos vão trocar lixo por objetos novos

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba está lançando o projeto *O lixo que não é lixo*, primeira fase do programa de reciclagem das 700 toneladas diárias de rejeitos produzidas pela população da cidade. Nessa primeira fase, crianças das escolas municipais, trocarão pilhas velhas por novas, tubos de pasta de dentes e vasilhames de detergente vazios por cheios e papéis velhos por cadernos limpos.

A ideia é começar com o lixo

mais poluente e, ao mesmo tempo, mais fácil de reaproveitar. A prefeitura não está investindo no programa, mas intermediando a troca entre a população e as empresas que irão reaproveitar os materiais coletados.

Paralelamente, a prefeitura está com o projeto de construção de uma usina de compostos de lixo orgânico. Quando estiver em funcionamento, a usina vai absorver restos de feiras, aparas de grama, restos de comida de restaurantes e

mesmo parte do lixo doméstico. Todo esse material será usado na produção de um composto orgânico usado como fertilizante. O prefeito Jayme Lerner espera reduzir ao máximo a necessidade de uso do aterro sanitário, hoje o destino certo das 700 toneladas diárias de lixo. No final da semana, a prefeitura começou o plantio de árvores no maior aterro sanitário da cidade - a Lamenha Pequena - que está sendo transformado num bosque. (JB, 13/06/89)

Ocupação, resistência e produção: a nova ordem

“Há uma nova disposição e uma nova decisão de parte do Movimento dos Sem-Terra: ocupar, resistir, produzir. E há também uma clara decisão da UDR (União Democrática Ruralista): quebrar a espinha-dorsal do Movimento dos Sem-terra. O conflito agora é permanente e diário”. A advertência é do frei franciscano Sérgio Gorgen, autor do livro *Massacre da Fazenda Santa Elmira*, lançado esta semana pela Editora Vozes, que relata todos os episódios da invasão da fazenda, no dia 9 de março passado, no Rio Grande do Sul quando mais de 400 lavradores - e entre eles o franciscano - foram espancados pela Brigada Militar. O novo estágio de luta dos colonos, segundo o religioso, vem “com uma desobediência civil mais forte”, marcada pela resistência aos despejos nas próximas invasões.

A advertência de frei Sérgio é preocupante. A ela se somam outros indícios de que a questão agrária no Brasil começa a recrudescer. No Maranhão, por exemplo, onde existem mais de 300 áreas ocupadas por posseiros, 78 sindicatos de trabalhadores rurais, reunidos no

início do mês em São Luís, decidiram que os sem-terra não vão mais esperar pela reforma agrária oficial e vão ocupar todas as áreas improdutivas existentes no estado. No Pará, as entidades de trabalhadores rurais estão se articulando no mesmo sentido. No Rio Grande do Sul, mais de 1.200 famílias de dois acampamentos - um dos quais é o de Rincão do Ivaí, onde estão as famílias invasoras da Santa Elmira - continuam sem reassentamento.

As cerca de 500 famílias (mais de 2 mil pessoas, das quais 600 crianças) que invadiram a Fazenda Santa Elmira (localizada no município de Salto do Jacuí, região noroeste do estado) decidiram resistir ao despejo e rasgaram a ordem judicial que as mandava sair; 1.200 PMs cercaram e avançaram sobre os invasores. Ocorreu, então, um violento conflito, que resultou em mais de 400 pessoas feridas (19 colonos e cinco PMs hospitalizados, alguns feridos à bala) e prisão de 22 agricultores - agora respondendo processo em liberdade.

Frei Sérgio Gorgen nega que

haja guerrilha rural entre os sem-terra. Mas alerta: a nova tendência dos colonos - se o Estado e a União não resolverem o problema agrário e implantarem a reforma agrária - é de realizar novas invasões, resistindo e rasgando novas ordens judiciais de reintegração de posse aos proprietários. O religioso acusa o juiz Érico Costa de Souza como responsável pelo massacre dos colonos pela Brigada Militar, “por não ter examinado o contexto social e desespero dos agricultores na busca de terras para trabalhar”, antes de conceder, apenas 12 horas após a ocupação, a reintegração de posse aos donos da fazenda. Segundo frei Sérgio, vários civis ajudaram a atirar contra os colonos, quando do ataque da Brigada Militar.

- O direito à vida precede o direito à propriedade -, destaca frei Sérgio, ao justificar o desespero dos colonos nas invasões num estado como o Rio Grande do Sul, onde 43% das áreas agricultáveis estão em poder de grandes proprietários e onde existem mais de 140 mil famílias de lavradores sem-terra. (JB, 14/6/89)

Sem-terra deixam fazenda para evitar confronto

Os três mil agricultores sem-terra que ocuparam no dia 12 a Fazenda Caldato, no município de Palma Sola (SC), a 793 quilômetros de Florianópolis, deixaram a área, para evitar um confronto com a Polícia Militar, que tinha ordem judicial para despejá-los a partir de zero hora do dia 16. Os sem-terra transferiram-se para uma área vizinha, a apenas um quilômetro e meio. Na noite do dia 14, mais 100 famílias entraram na Fazenda Caldato, aproveitando a retirada dos 30 policiais militares que vigiavam as saídas por determinação do governador em exercício do estado, Casildo Maldaner.

A decisão de ocupar uma área vizinha, de 125 hectares, pertencente aos irmãos Fregones, foi tomada em assembléia no início da tarde, quando os líderes do movi-

mento souberam que 1.500 homens do 2º Batalhão da PM de Chapecó (a 180 quilômetros de Palma Sola) estavam preparados para despejá-los. Segundo o líder Chicão, a opção pela terra dos irmãos Fregones foi feita em função de uma disputa judicial que há entre eles pela herança. “Isso vai prejudicar o pedido de ação de despejo e ganharemos tempo buscando uma área definitiva”, explicou Chicão. Dos três irmãos, apenas Nério Fregones mora em Palma Sola. Os outros vivem em Curitiba e Francisco Beltrão (PR), e na região invadida só existe mata virgem.

Chuva

A transferência dos barracos foi feita sob forte chuva e muito frio - cerca de 10 graus - e a enfer-

meira Maristela Santini, da prefeitura de Campo Erê, teme que os casos de infecções respiratórias dobrem se o mau tempo persistir. “Também há muitas crianças com diarreia por contaminação da água e desnutrição”, disse Maristela.

Com a mudança de acampamento, os organizadores da invasão esperam cadastrar os sem-terra, pois com as últimas adesões foi perdido o controle. “Acredito que haja 800 barracos e três mil pessoas”, avaliou Chicão. Dia 15, a menina Elizete Casimiro, de 3 anos, foi picada por uma jarraca, mas medicada a tempo. Enquanto aguardam uma solução, os sem-terra decidiram em assembléia que não aceitarão mais sair da área invadida para acampamentos provisórios. (JB, 16/6/89)

ONU vê falência do sistema judiciário no Brasil

A comissão de juristas da Organização das Nações Unidas, enviada ao Brasil para averiguar o funcionamento dos tribunais de Justiça e a segurança dos advogados no exercício da profissão, encerrou dia 12 sua visita às autoridades paraenses pelo menos com uma certeza: o sistema judiciário brasileiro está falido e o que resta dele está completamente caduco. A afirmação é do presidente da Associação dos Juristas Americanos, o argentino Beinusz Smuckler, membro da comissão da ONU, integrada ainda pelo juiz do Su-

premo Tribunal da Espanha Enrique Bacigapo, e pelo advogado espanhol Oleguer Torra Miro.

A comissão da ONU ouviu do presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Steleo Bruno de Meneses, que a apuração dos crimes praticados contra os advogados envolvidos na defesa de posseiros, como os ex-deputados Paulo Fonteles (PC do B) e João Carlos Batista (PSB) e Gabriel Pimenta, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, é uma tarefa difícil porque, "quando se trata de assassinato por encomen-

da, os autores e mandantes planejam tudo muito bem.

Bruno de Meneses também declarou que a ineficiência da Justiça é o reflexo da ausência de juizes e promotores em várias comarcas, que só agora está sendo suprida. O desembargador lembrou que, no caso de Paulo Fonteles, um dos acusados deu um depoimento e mais tarde apresentou uma nova versão, mudando completamente o curso do processo, porque o réu deve ter sido orientado para isso pelos seus advogados. (JB, 13/06/89)

Inflação faz moeda desvalorizar diariamente

Por causa da inflação alta o ministro Mailson da Nóbrega decidiu a volta das minidesvalorizações diárias do Cruzado Novo, com base no IPC. Foi instituído também o BTN fiscal que reinaugura no país a indexação também diária. O governo detectou nos últimos dias uma aceleração inflacionária que pode levar a taxa de junho para mais de 20%.

A inflação foi o tema dominante da primeira reunião do Conselho da República realizada dia 14 no Palácio Alvorada durante duas horas e meia. Dela participaram, além do presidente da República, ministros da área econômica e da Justiça, os chefes da Casa Civil e do SNI, presidentes da Câmara e do Senado e líderes do governo no Congresso.

Na reunião, Mailson e João Batista de Abreu falaram da ameaça de hiperinflação e adiantaram algumas medidas que estão sendo estudadas pelo governo. Entre elas estão de novo promessas feitas em várias ocasiões e até hoje não cumpridas de demissão de funcionários públicos e privatização ou extinção de empresas estatais. (JB, 15/06/89)

Custo de vida da classe média sobe 19,68% em SP

A Ordem dos Economistas de São Paulo apurou uma inflação de 19,68% em maio na capital. Trata-se do maior índice desde a decretação do "choque verão", em janeiro passado.

Em maio, os outros índices de inflação - que utilizam metodologias diferentes - ficaram abaixo do calculado pela Ordem: INPC-IBGE, 16,67%; Fipe, 16,59% e ICV-Dieese, 16,22%. A razão para o aumento maior do índice do

Custo de Vida da Classe Média (ICVM) foram as altas apresentadas em itens que pesam mais para a classe média, como os combustíveis, escolas, despesas com saúde e vestuário.

O aumento de quase 20% nos preços em maio, segundo Roberto Macedo, presidente da Ordem e membro do Conselho Editorial da Folha, aponta para uma inflação "entre 20% e 25% em junho".

Macedo diz que o processo inflacionário já está de volta e "vai atingir níveis semelhantes aos de janeiro - antes do choque - em agosto ou setembro".

Macedo acha que o governo deve escolher "agosto ou setembro para tomar alguma medida contra a alta de preços". A possibilidade de um novo choque é possível, diz. (Folha de São Paulo, 15/06/89)

Maioria dos moradores de rua ganha o mínimo

Há na cidade de São Paulo pelo menos 10 mil pessoas que moram nas ruas. Destas, apenas 22,8% estão desempregadas. A conclusão é de um levantamento feito pela Supervisão Regional do Serviço Social, que entrevistou 300 moradores das ruas da região central. A pesquisa permite estabelecer um perfil básico da população itinerante da cidade. Entre os entrevistados, 51% ganham até um Piso Nacional de Salário (NCz\$ 81,40), e 77% são lavadores de carros, pedreiros e catadores de papelão.

Do grupo pesquisado, 54% são solteiros, 33% analfabetos, 38% têm

escolaridade primária, 62% são homens e 71% têm mais de 18 anos. "A única solução para essas pessoas é o trabalho que elas mesmos escolhem, pois são completamente avessas ao relacionamento com instituições", afirma Marta Campos, secretária municipal do Bem-estar Social.

De uma amostragem de 34 pessoas que moram nas ruas, a secretaria apurou que as solicitações básicas são um barraco para morar (38%) e passagens para voltar à terra natal (11%). Há dois meses a Prefeitura ouviu 84 pessoas que moravam nas ruas próxi-

mas à Praça da Sé, no centro, e atestou que 60% não eram recém-chegados e queriam voltar às suas casas, na região nordeste do país e no Paraná.

A Prefeitura está tentando contornar a situação com uma doação de NCz\$ 260 mil recebida na semana passada da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com a verba pretende-se criar cooperativas de trabalho, padaria e lavanderia comunitárias e treinar os moradores de rua para trabalhar com costura industrial e reparos urbanos. (Folha de São Paulo, 18/06/89)